

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO 073

DECRETO 073 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

“Declara como situação de Emergência a área urbana e rural do município de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, afetadas por CHUVAS INTENSAS – COBRADE - 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 02/2016 e dá outras providências”.

VALDIR LUIZ SARTOR, Prefeito Municipal de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 44, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 8º, inciso VI, da Lei Federal 12.608/12:

CONSIDERANDO que o Município de Deodápolis – MS foi atingido no período de 04 a 10 de outubro de 2018, por fortes precipitações pluviométricas (Tempestade Local/ Convectiva – Chuvas Intensas COBRADE 1.3.2.1.4), fenômeno atípico que superou a média histórica, tendo o fato se agravado às 16h05min do dia 10 de Outubro de 2018, quando fortes chuvas se abateram sobre o Município, em especial na Região do Bairro Jardim América I, durante aproximadamente duas horas;

CONSIDERANDO que em decorrência do desastre foram registrados os seguintes danos: danos em 240 m², no leito carroçável da Rua Expedita Lopes de Lima (Voçoroca de 9m de profundidade com 8m de largura); danos em 80 m² no leito carroçável da Rua Maria Ester dos Santos Farias (Voçoroca 9m de profundidade com 8m de largura); Danos em 800m² no leito carroçável da Avenida dos Ipês (danos ravinamento e sulcos); Queda, seguida de destruição de uma poste de energia elétrica, causada pela formação de voçoroca na Rua Maria Ester dos Santos Farias e, danos em 08 (oito) propriedades rurais, próximas da região impactada, causando prejuízos humanos e econômicos prejudicando a produção leiteira. Causando ainda, impacto ambiental ao Córrego das Lavadeiras (processo de assoreamento) por consequência de areias e outros materiais sólidos levados em arrasto pelas águas pluviais.

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por fortes chuvas pluviais, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas urbanas do Município de Deodápolis, contidas no Formulário de Informações do Desastre -FIDE, em virtude do desastre classificado e codificado como CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil).

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários

dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando por 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, em 24 de outubro de 2018.

VALDIR LUIZ SARTOR

Prefeito Municipal de Deodápolis